



REGIMENTO ELEITORAL DA FENAJUFE APROVADO NO 12º CONGREJUFE

Seção I – Do Processo Eleitoral

Art. 1º As eleições para a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal da FENAJUFE serão realizadas no dia 30 de abril de 2025.

Art. 2º O processo eleitoral será organizado e conduzido por uma Comissão Eleitoral, composta por 5 (cinco) titulares e 2 (dois) suplentes delegados e delegadas ou observadores e observadoras do Congresso, eleitos (as) pela Plenária do Congresso, e será fiscalizado por 1 (um/uma) representante de cada chapa inscrita.

Parágrafo único. Nenhum membro da Comissão Eleitoral e das mesas coletoras poderá integrar qualquer uma das chapas concorrentes à Diretoria Executiva ou candidatar-se a cargo no Conselho Fiscal.

Art. 3º À Comissão Eleitoral compete:

I — organizar o processo eleitoral;

II — designar os membros das mesas coletoras;

III — fazer as comunicações e publicações previstas neste Regimento;

IV — preparar a relação dos votantes;

V — confeccionar as cédulas eletrônicas junto a empresa MANDUÁ TECNOLOGIA com supervisão da área TI (Tecnologia da Informação) da FENAJUFE e preparar todo o processo eleitoral;

VI — decidir sobre impugnação de candidaturas;

VII — decidir sobre quaisquer outras questões referentes ao processo eleitoral;

VIII — apurar, proclamar e dar publicidade do resultado do pleito;

IX — encaminhar à mesa dos trabalhos para deliberação do plenário os recursos contra suas decisões; e



X — dar posse à Diretoria Executiva eleita, bem como aos membros do Conselho Fiscal.

Parágrafo único — A Comissão Eleitoral será dissolvida com a posse dos eleitos.

Seção II – Das Chapas para a Diretoria Executiva

Art. 4º As chapas para a Diretoria Executiva serão inscritas junto à Comissão Eleitoral a partir da aprovação deste Regimento, entre 8h e 10h do dia 30 de abril de 2025, mediante requerimento assinado por pelo menos 1 (um/uma) de seus membros, no qual constarão o nome da chapa, o nome completo de todas e todos as (os) suas (seus) integrantes com indicação de suas respectivas delegações e 2 (dois) telefones de contato.

§1º Só poderão ser inscritas (os) para serem votadas as delegadas e os delegados e observadoras e observadores, credenciadas e credenciados no Congresso.

§2º Nenhum (a) candidato (a) poderá inscrever-se em mais de 1 (uma) chapa concorrente. Ocorrendo tal hipótese, a candidata ou candidato deverá indicar imediatamente em qual das chapas concorrerá. Caso a candidata ou candidato não se manifeste, será excluída/o das chapas onde constar seu nome e estas chapas serão convocadas imediatamente para complementação.

§3º É vedado concorrer cumulativamente a cargo na Diretoria Executiva e no Conselho Fiscal. Ocorrendo tal hipótese, aplica-se, no que couber, o disposto no parágrafo anterior.

§4º Do número dos membros inscritos, cada chapa preencherá o mínimo de 30% de quota para negras e negros (pretas ou pretos e pardas ou pardos) e 50% de quota para mulheres.

§5º As negras e negros (pretas ou pretos e pardas ou pardos) e as mulheres inscritas/os serão autodeclarados, ao responsável pela inscrição da chapa.

§6º O responsável pela inscrição da chapa reproduzirá, no ato da inscrição, a autodeclaração dos membros inscritos.



Art. 5º A Comissão Eleitoral publicará a lista das chapas inscritas que tiverem cumprido as exigências deste regimento até 12h do mesmo dia.

Art. 6º O prazo para impugnação das chapas será entre 12h e 12h30.

§1º Os casos de impugnação serão analisados pela Comissão Eleitoral, sendo a publicação da homologação, ou não, dos registros realizada até 14h30.

§2º Recursos quanto à homologação deverão ser entregues entre 14h30 e 15h à Comissão Eleitoral.

§3º A Comissão Eleitoral encaminhará os recursos até 15h10 à mesa dos trabalhos que os submeterá ao Plenário.

Art. 7º Os sorteios da ordem das chapas e das candidatas e dos candidatos ao Conselho Fiscal serão realizados às 12h30, garantida a participação de representante de cada chapa inscrita e das candidatas e candidatos ao Conselho Fiscal.

Art. 8º A apresentação das candidatas e dos candidatos ao Conselho Fiscal e das chapas da Diretoria Executiva será no dia 30 de abril de 2025, entre 16h30 e 18h.

§1º Será facultado a cada candidata e candidato ao Conselho Fiscal que desejar fazer uso da palavra o tempo de 2 (dois) minutos para sua apresentação.

§2º Em seguida, cada chapa inscrita terá 10 (dez) minutos para apresentar suas propostas, respeitada a ordem do sorteio da chapa.

Seção III – Da Eleição para o Conselho Fiscal

Art. 9º A eleição do Conselho Fiscal será efetuada em conjunto com a da Diretoria Executiva, mediante votação apartada, com os nomes das candidatas e dos candidatos, na ordem do sorteio, inscritas e inscritos individualmente, nos termos previstos neste regimento.

Art. 10. A inscrição de candidatas e dos candidatos ao Conselho Fiscal somente será realizada pela (o) interessada(o) e seguirá os mesmos prazos das chapas.



Art. 11. Cada eleitora ou eleitor poderá votar em até 3 (três) candidatas ou candidatos para o Conselho Fiscal.

Art. 12. Serão eleitas/os para o Conselho Fiscal, na condição de titulares, as 3 (três) candidatas ou candidatos inscritas/os que obtiverem as maiores votações individuais, e, como suplentes, as 3 (três) candidatas ou candidatos mais votadas (os) na sequência.

Parágrafo único. O critério de desempate a ser adotado será a idade, dando-se preferência à candidata ou ao candidato de idade mais elevada.

Seção IV – Do (a) Eleitor (a) e do Sigilo do Voto

Art. 13. É eleitora e eleitor toda delegada e todo delegado credenciada/o para participação no CONGREJUFE.

Art. 14. O sigilo do voto será assegurado mediante as seguintes providências:

I — uso de cédulas eletrônicas contendo o número e o nome de todas as chapas homologadas e das candidaturas individuais ao Conselho Fiscal;

II — isolamento do (a) eleitor (a) para o ato de votar;

III — verificação de autenticidade da cédula eletrônica (semelhante à zerésima) pelos membros da Comissão Eleitoral, mediante geração de chave criptográfica assimétrica junto a empresa MANDUÁ TECNOLOGIA e supervisão da área de TI (Tecnologia da Informação) da FENAJUFE, nos termos das normas da entidade certificadora ICP – BRASIL (Instituto de Chaves Públicas Brasileiras);

IV – a segurança das chaves criptográficas é garantida pela metodologia *PaillierCryptosystem* e do *Algoritmo de Compartilhamento Secreto de Shamir*;

V — emprego de cédulas eletrônicas que assegurem a inviolabilidade do voto;

VI — é vedada a produção de imagem da cédula eletrônica de votação.

Seção V – Das Cédulas Eletrônicas

Art. 15. A votação será realizada em cédulas eletrônicas apartadas para Direção Executiva e Conselho Fiscal.



Seção VI – Das Mesas Coletoras

Art. 16. Serão instaladas até 8 (oito) mesas coletoras, compostas por membros indicados pela Comissão Eleitoral, garantida a representação das chapas, com lista alfabética das delegadas e dos delegados.

§1º As votações serão realizadas em ambiente presencial.

§2º Cada chapa concorrente poderá indicar até 3 (três) fiscais, devidamente identificados, para acompanhar o trabalho de votação no recinto, sendo permitido o revezamento.

Seção VII – Da Votação

Art. 17. A votação ocorrerá das 19h até 21h do dia 30 de abril de 2025.

Art. 18. Iniciada a votação, cada eleitora e eleitor, pela ordem de apresentação à mesa, depois de identificada/o através do crachá e documento oficial ou identidade funcional, ambos original com foto, ou aplicativo oficial, realizará a votação e ao final assinará a lista de votação.

Parágrafo Único - Serão observadas as prioridades às eleitoras e eleitores nos termos da lei.

Art. 19. Serão gerados relatórios com o nome de todas as eleitoras e todos os eleitores votantes.

Art. 20. À hora designada para o encerramento da votação, havendo fila serão distribuídas senhas, do último colocado na fila para o primeiro, devendo as eleitoras e os eleitores permanecerem na fila de espera.

Seção VIII – Da Apuração

Art. 21. Imediatamente após o término do prazo estipulado para votação, instalar-se-á a mesa apuradora, constituída pelos membros da Comissão Eleitoral, facultada a presença de um representante de cada uma das chapas, iniciando-se a apuração.



Parágrafo único. Aos representantes das chapas à Direção Executiva e aos candidatas e candidatos ao Conselho Fiscal é facultada a fiscalização da apuração dos votos para o Conselho Fiscal.

Art. 22. Os votos serão contabilizados pela empresa MANDUÁ TECNOLOGIA, sendo que a mesa verificará se o número deles coincide com o de votantes.

§1º Se o número de votos for igual ao número de votantes que assinaram a respectiva lista, far-se-á a apuração.

§2º Havendo quaisquer divergências entre o número de votos e o número de votantes, a Comissão Eleitoral analisará a irregularidade.

§3º Apresentando eventuais divergências no cadastro de quaisquer eleitores aptos, os votos serão computados em separado (sigilosa e eletronicamente) para fins de regularização do cadastro, garantindo a lisura do pleito e a votação das delegadas e dos delegados que se encontrem nessa situação.

§4º A exclusão do voto não implicará a anulação da urna.

Art. 23. Para efeito de cálculo dos votos válidos serão desprezados os votos nulos e em branco.

Seção IX – Da Distribuição dos cargos da Diretoria Executiva

Art. 24. A distribuição dos cargos à Diretoria Executiva se dará a partir da proporcionalidade qualificada, considerando-se a seguinte fórmula:

I – Divide-se o número total de votos válidos, nos termos do artigo 23, por 17 (dezessete), considerando-se quatro casas decimais;

II – O número de cargos de cada chapa será definido dividindo-se o total de votos da chapa pelo resultado obtido no item I, considerando-se quatro casas decimais;

III — Havendo sobra de fração, os cargos serão distribuídos considerando-se a maior fração pela ordem.

IV – Adotar-se-á o mesmo procedimento em relação aos 07 (sete) suplentes, ajustando-se o divisor do item I por 7 (sete).



Art. 25. A escolha proporcional qualificada dos cargos à Diretoria Executiva se dará da seguinte forma:

I — A chapa que obtiver o maior número de votos faz a primeira escolha. Após, divide-se seu número de votos por dois, procedendo-se nova comparação com o resultado das outras chapas, sucessivamente até atingir o número de vagas que cada chapa conquistou na proporcionalidade, conforme artigo 24 e incisos.

II — Em caso de empate na pontuação, escolhe primeiro a chapa que obteve o maior número de votos no conjunto da votação.

III — Em caso de empate no número de votos no conjunto da votação, será realizado sorteio no preenchimento da respectiva vaga.

Seção X – Do Anúncio dos Resultados

Art. 26. Após a apuração dos votos para a Diretoria Executiva, a Comissão Eleitoral anunciará o número de cargos que caberá a cada chapa, bem como a ordem de escolha dos cargos, iniciando-se de imediato a apuração dos votos para o Conselho Fiscal.

Seção XI – Da Proclamação dos Resultados

Art. 27. Após a contagem dos votos, o anúncio dos resultados e a indicação pelas chapas dos nomes que integrarão a nova Diretoria Executiva, na ordem em que figuram na nominata no momento da inscrição da chapa, a Comissão Eleitoral proclamará a composição da Diretoria Executiva eleita, bem como do Conselho Fiscal, lavrando a ata respectiva.

§1º. A ata registrará data e horário de início e encerramento dos trabalhos, local da eleição, o resultado da apuração, com especificação do número de votos e votantes, os votos atribuídos a cada chapa e às candidatas e aos candidatos ao Conselho Fiscal, os votos em branco e nulos, o resultado geral da apuração e a relação nominal das eleitas e dos eleitos.

§2º. A ata de apuração será assinada pelos membros da Comissão Eleitoral e pelos fiscais.

Seção XII – Disposições Eleitorais Gerais



FENAJUFE

**FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E DAS TRABALHADORAS
DO JUDICIÁRIO FEDERAL E MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO**
Fundada em 08/12/92

Art. 28. A posse dos eleitos, obedecida a ordem em que figuram na nominata no momento da inscrição da chapa, ocorrerá imediatamente, após a homologação do resultado.

Art. 29. As decisões da Comissão Eleitoral serão tomadas por unanimidade, sendo as divergências levadas para decisão do plenário do CONGREJUFE.

Art. 30. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral, cabendo recursos ao plenário do CONGREJUFE.

Lucena Pacheco Martins

Coordenadora Geral

Larissa Awwad

OAB/DF 29.595

Bruna Sandim

OAB/DF 69.041